



**Parecer nº 1/ 2025/ CDCC.**

**Referente ao Projeto de Lei nº 2162/2023 que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços e concessionárias de água, luz, telefone e internet inserirem, nas faturas de consumo, mensagem de informação sobre o direito da mulher de entrega legal do recém-nascido”.**

**Referente à Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 2162/2023 que busca modificar o §1º do artigo 1º.**

**Autor: Deputado Claudio Ferreira**

Relator (a): Deputado (a):

Jairnel

**I – Relatório**

O Projeto de lei nº 2162/2023 foi lido na 79ª Sessão Ordinária, ocorrida em 08/11/2023. A partir de 13/11/2023 passou a cumprir pauta por 5 (cinco) Sessões Ordinárias, cujo término ocorreu em 22/11/2023. Posteriormente, foi encaminhado à Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora (SPMD), ao Núcleo Econômico, bem como à (CDCC) em 28/11/2023, cujo parecer favorável foi emitido em 14/12/2023, sendo, inclusive acatado por deliberação da (CDCC) na referida data. Após, foi aprovado em 1ª votação realizada na 99ª Sessão Ordinária realizada em 15/01/2024. A partir de 15/01/2024 passou a cumprir pauta por 5 (cinco) Sessões Ordinárias. Posteriormente, foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), cujo parecer favorável foi emitido em 23/04/2024, sendo acatado pela CCJR na referida data. Após, foi considerado apto para apreciação em 29/04/2024. Posteriormente, foi apresentada a Emenda nº 1 na Sessão realizada em 27/11/2024. Em seguida foi encaminhado à (SPMD) em 28/11/2024. Em seguida foi encaminhado ao Núcleo Econômico, bem como à (CDCC) em 29/11/2024.

Doravante, submetem-se a esta Comissão, o Projeto de Lei nº 2162/2023 e Emenda nº 1, ambos de autoria do Deputado Claudio Ferreira.

A iniciativa em tela foi estruturada em 2 (dois) artigos, conforme se demonstram abaixo.

Art. 1º As empresas prestadoras de serviços e concessionárias de serviços de água, luz, telefone e internet ficam obrigadas a inserir, nas faturas de consumo, mensagem de informação sobre o direito da mulher de entrega legal do recém-nascido.

§1º A mensagem de que trata o caput poderá conter o art.19- A do Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente:

**ENDEREÇO:**

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso  
Edifício Dante Martins de Oliveira  
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora  
Sala 203 - 2º Piso

**NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:**

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico  
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
**Núcleo Econômico**  
Núcleo Social

**TELEFONES:**

(65) 3313-6914  
(65) 3313-6912  
(65) 3313-6530  
(65) 3313-6915

OEC



“Artigo 19-A: As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude.”

§2º A mensagem poderá conter outras informações que sejam pertinentes à entrega legal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O autor assim o justifica:

O projeto de lei em comento tem como objetivo inserir, nas faturas de consumo, mensagem de informação sobre o direito da mulher de entrega legal do recém-nascido.

Em 2017, a Lei n.º 13.507 alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para tratar do tema da adoção e previu igualmente o direito da mulher de realizar a entrega legal do recém-nascido sem qualquer constrangimento, garantindo-se o direito ao sigilo do nascimento, cf. art. 19-A, §9º do ECA.

O objetivo da legislação foi garantir à gestante a possibilidade de fazer essa entrega respeitando-se a sua decisão de não maternar, ao mesmo tempo em que permite à criança entrar no Cadastro Nacional de Adoção e ser encaminhada para uma família que tenha condições de recebê-la. A lei, em que pesem alguns aprimoramentos que devem ser feitos para tornar o fluxo mais compreensível e seguro, buscou oferecer suporte legal, psicológico e social para a gestante que opta por essa decisão, sem discriminação. Assim, busca evitar a imposição da maternidade a uma mulher que não pode ou não deseja exercê-la, e também evita que a criança seja colocada em situação de irregularidade (abandono, maus-tratos, adoção ilegal etc.).

Vale frisar que a inserção de conteúdo informativo nas faturas de cobrança das concessionárias de água, luz, telefone é constitucional. É constitucional lei estadual que obriga a presença de mensagens de incentivo à doação de sangue nas faturas de água, luz, telefone, internet. É constitucional norma estadual que, a pretexto de proteger a saúde pública, obriga as prestadoras de serviços de telefonia celular e de internet a inserirem, nas faturas de consumo, mensagem incentivadora à doação de sangue. STF. Plenário. ADI 6088/AM, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 26/8/2022 (Info 1065).

Eis a Emenda nº 1 e justificativa ao Projeto de Lei nº 2162/2023, de autoria do Deputado Claudio Ferreira:

Art.1º Fica modificado o §1º do artigo 1º que passa a conter a seguinte redação:

§1º A mensagem de que trata o caput poderá conter o art.19-A, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

**ENDEREÇO:**

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso  
Edifício Dante Martins de Oliveira  
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora  
Sala 203 - 2º Piso

**NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:**

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico  
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
**Núcleo Econômico**  
Núcleo Social

**TELEFONES:**

(65) 3313-6914  
(65) 3313-6912  
(65) 3313-6530  
(65) 3313-6915





"Artigo 19-A A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude".

"A presente emenda tem o objetivo de adequar e melhorar o projeto de lei 2162/2023 conforme Estatuto da Criança e do Adolescente" justificou o Deputado Claudio Ferreira.

No âmbito desta Comissão, esgotados os prazos regimentais, não foram encaminhadas emendas ou Substitutivo Integral. Posteriormente, a iniciativa de Lei em tela, inclusive a emenda nº 1 foram encaminhadas a esta Comissão para emitir Parecer quanto ao mérito.

É o relatório.

## II - Análise

Cabe a esta Comissão, dar parecer a todos os projetos que abordem os temas contidos no art.369, inciso X, alíneas "a" a "i", do Regimento Interno.

No que diz respeito à tramitação e abordagem do tema, o Regimento Interno prevê dois casos: no primeiro, verifica-se a existência de lei que trate especificamente do tema abordado, se confirmada o projeto será arquivado. No segundo, a existência de projetos semelhantes tramitando, se houver, a propositura deverá ser apensada.

Dessarte, não foi constatada nenhuma Lei ou propositura análoga ao tema tratado neste Projeto de Lei, configurando-se, portanto, a viabilidade de análise quanto ao mérito, cujos aspectos determinantes incluem oportunidade, conveniência e relevância social.

O Projeto de Lei nº 2162/2023 com a Emenda nº 1 propõem uma importante iniciativa: informar às mulheres sobre o direito à entrega legal de seus filhos para adoção, através da inclusão dessa informação em contas de consumo.

Dessarte, a proposta busca garantir que as gestantes conheçam seus direitos e possam tomar decisões conscientes sobre o futuro de seus filhos, evitando situações de abandono e garantindo que as crianças sejam acolhidas em famílias aptas a cuidar delas.

A proposta é oportuna, pois busca dar maior visibilidade a um direito já previsto em lei, mas que ainda é pouco conhecido pela população em geral. A inserção da informação em faturas de consumo, que são documentos que chegam a todos os domicílios, garante uma ampla divulgação.

A conveniência da medida reside na sua simplicidade e baixo custo de implementação. A utilização de um canal de comunicação já existente, como as contas de consumo, otimiza os recursos e garante a eficácia da divulgação. A proposta possui grande relevância social, pois visa proteger os direitos da criança e da gestante.

### ENDEREÇO:

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso  
Edifício Dante Martins de Oliveira  
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora  
Sala 203 - 2º Piso

### NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico  
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
**Núcleo Econômico**  
Núcleo Social

### TELEFONES:

(65) 3313-6914  
(65) 3313-6912  
(65) 3313-6530  
(65) 3313-6915

OEC



Ao garantir que a gestante tenha conhecimento do seu direito à entrega legal, a medida contribui para a redução do número de casos de abandono e para o aumento do número de crianças disponíveis para adoção. Além disso, a medida pode auxiliar na prevenção de situações de risco para a criança, como maus-tratos e negligência.

### **Análise da Emenda nº 1**

A Emenda nº 1 proposta pelo Deputado Claudio Ferreira visa apenas ajustar a redação do §1º do artigo 1º, especificando que a gestante ou mãe pode manifestar interesse na entrega para adoção "antes ou logo após o nascimento". Essa alteração não altera a substância da proposta original e apenas a torna mais clara e precisa.

A entrega legal concretiza o direito fundamental à vida, pois inibe o aborto, tráfico de crianças e adoções ilegais, inegavelmente uma realidade social. Ela cria um dispositivo legal que permite às mulheres manter a gestação e, não querendo ser mãe, entregar a criança para a família extensa ou substituta sem que isso seja considerado crime de abandono de incapaz", aponta, ainda, o relator em seu parecer. Esse tipo de crime é tipificado no artigo 134 do Código Penal.

Tal iniciativa vem ao encontro da função social das empresas. A função social da empresa **envolve sua responsabilidade em contribuir positivamente para a sociedade além do lucro**. Isso inclui a promoção da igualdade, a criação de empregos, o respeito ao meio ambiente, o respeito aos direitos humanos, a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico no local e região onde exerce a atividade econômica.

É importante ressaltar que a inserção dessa informação nas faturas de consumo pode ter um impacto positivo na conscientização da população sobre o tema da adoção. A implementação dessa medida deve ser articulada com outras políticas públicas voltadas para a proteção da criança e do adolescente, como programas de apoio à gestante e à família. É fundamental realizar uma avaliação periódica dos resultados da implementação dessa medida, a fim de verificar sua efetividade e identificar possíveis ajustes.

Considerando os aspectos analisados, conclui-se que o Projeto de Lei nº 2162/2023, inclusive a Emenda nº 1 são iniciativas importantes e relevantes para a sociedade. A proposta demonstra ser oportuna, conveniente e socialmente relevante, contribuindo para a proteção dos direitos da criança e da gestante. Em resumo, a aprovação desse projeto de lei representa um passo importante para garantir os direitos das crianças e das mulheres, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Por derradeiro, esta Relatoria recomenda a **continuidade** de tramitação do Projeto de Lei nº 2162/2023, bem como, acatando a Emenda nº 1, ambos de iniciativa do Deputado Claudio Ferreira, pois restaram demonstrados os requisitos quanto ao **mérito**.

É o parecer.

**ENDEREÇO:**

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso  
Edifício Dante Martins de Oliveira  
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora  
Sala 203 - 2º Piso

**NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:**

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico  
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
**Núcleo Econômico**  
Núcleo Social

**TELEFONES:**

(65) 3313-6914  
(65) 3313-6912  
(65) 3313-6530  
(65) 3313-6915

OEC





**ALMT**  
Assembleia Legislativa

Estado de Mato Grosso  
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso  
**SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA**  
**NÚCLEO ECONÔMICO**  
Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte  
20ª LEGISLATURA – 01/02/2023 A 31/01/2027

**NÚCLEO  
ECONÔMICO**

FLS. 29

RUB. mg

### III – Voto do Relator

Pelas razões expostas, quanto ao **mérito**, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2162/2023, **acatando** a Emenda nº 1, ambos de autoria do Deputado **Claudio Ferreira**.

Sala das Comissões, em 18 de fevereiro de 2025.

**ENDEREÇO:**

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso  
Edifício Dante Martins de Oliveira  
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora  
Sala 203 - 2º Piso

**NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:**

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico  
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
**Núcleo Econômico**  
Núcleo Social

**TELEFONES:**

(65) 3313-6914  
(65) 3313-6912  
(65) 3313-6530  
(65) 3313-6915

OEC



**ALMT**  
Assembleia Legislativa

Estado de Mato Grosso  
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso  
**SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA**  
**NÚCLEO ECONÔMICO**  
Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte  
20ª LEGISLATURA - 01/02/2023 A 31/01/2027

**NÚCLEO  
ECONÔMICO**

FLS

30

RUB

ng

#### IV – Ficha de Votação

##### Projeto de Lei nº 2162/2023 com Emenda nº 1 – Parecer nº 1/2025 (CDCC)

Reunião da Comissão em: 18 / 02 / 2025.

Presidente: Deputado Estadual **FAISSAL**

Relator (a) Deputado (a): Faissal

##### VOTO DO RELATOR

Pelas razões expostas, quanto ao **mérito**, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2162/2023, **acatando** a Emenda nº 1, ambos de autoria do Deputado **Claudio Ferreira**.

Posição na Comissão	Identificação do Deputado
<b>RELATOR (a) Deputado (a):</b>	
<b>Membros Titulares</b> DEPUTADO FAISSAL	
DEPUTADO VALDIR BARRANCO	
DEPUTADO CHICO GUARNIERI	
DEPUTADO JUCA DO GUARANÁ	
DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE	

<b>Membros Suplentes</b> DEPUTADO ELIZEU NASCIMENTO	
DEPUTADO WILSON SANTOS	
DEPUTADO GILBETO CATTANI	
DEPUTADO DR. JOÃO	
DEPUTADO EDUARDO BOTELHO	

##### ENDEREÇO:

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso  
Edifício Dante Martins de Oliveira  
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora  
Sala 203 - 2º Piso

##### NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico  
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
**Núcleo Econômico**  
Núcleo Social

##### TELEFONES:

(65) 3313-6914  
(65) 3313-6912  
(65) 3313-6530  
(65) 3313-6915

OEC



**ALMT**  
Assembleia Legislativa

Estado de Mato Grosso  
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso  
**SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA**  
**NÚCLEO ECONÔMICO**  
Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte  
20ª LEGISLATURA - 01/02/2023 A 31/01/2027

**NÚCLEO  
ECONÔMICO**

FLS. 31  
RUB. mg

## FOLHA DE VOTAÇÃO – SISTEMA DE DELIBERAÇÃO HÍBRIDA

<b>Proposição:</b>	Projeto de Lei 2162/2023 – Deputado Claudio Ferreira
	Emenda N.º 01 de autoria do Dep. Claudio Ferreira
<b>Data:</b>	18 de fevereiro de 2025 – 16:00h
<b>Reunião:</b>	1ª Reunião Ordinária Híbrida


### VOTAÇÃO

DEPUTADOS TITULARES	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Dep. Faissal - <i>Presidente</i>				
Dep. Valdir Barranco – <i>Vice presidente</i>				<u>X</u>
Dep. Chico Guarnieri	<u>X</u>			
Dep. Juca do Guaraná				<u>X</u>
Dep. Sebastião Rezende	<u>X</u>			
DEPUTADOS SUPLENTE				
Dep. Elizeu Nascimento				
Dep. Wilson Santos				
Dep. Gilberto Cattani				
Dep. Dr. João				
Dep. Eduardo Botelho				
SOMA TOTAL				

- Os Deputados Faissal e Sebastião Rezende, estavam presentes na reunião. Enquanto o Deputado Chico Guarnieri participou por meio de deliberação remota. Os Deputados Juca do Guaraná e Valdir Barranco estavam ausentes.

### RESULTADO FINAL:

Os Deputados Chico Guarnieri e Sebastião Rezende manifestaram seus votos favoráveis ao parecer do relator Deputado Faissal, quanto ao **mérito**, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2162/2023, de autoria do Deputado Claudio Ferreira, Acatando a Emenda N.º 01.

  
**Ricardo Araújo de Andrade**  
Consultor Legislativo do Núcleo Econômico

**ENDEREÇO:**  
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso  
Edifício Dante Martins de Oliveira  
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora  
Sala 228 - 2º Piso

**NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:**  
Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico  
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
Núcleo Econômico  
Núcleo Social

**TELEFONES:**  
(65) 3313-6914  
(65) 3313-6912  
(65) 3313-6530  
(65) 3313-6915